

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 501.482 - DF (2019/0089757-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**LUÍS CLÁUDIO VAREJÃO DE FREITAS - DF009689**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E**  
**DOS TERRITORIOS**  
**PACIENTE : JOÃO PAULO DA SILVA (PRESO)**

## **DECISÃO**

**J. P. DA S.** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** na Apelação n. 0001006-28.2018.8.07.0006.

O paciente foi condenado pela prática de ameaça em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. A Corte de origem manteve integralmente a sentença.

Nesta impetração, a Defensoria Pública busca a absolvição do réu, ao asseverar a insuficiência de provas para fundamentar a condenação e a impossibilidade de que ela tenha lastro, exclusivamente, em declarações prestadas pela ofendida.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 105-114).

### **Decido.**

O Juízo de primeira instância condenou o acusado a 1 mês e 24 dias de detenção, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito tipificado no art. 147 do Código Penal, c/c o art. 5º, III, da Lei n. 11.340/2006, pelos seguintes motivos (fls. 17-18, destaquei):

Nota-se que apesar de não confirmar a ocorrência de vias de fato **a vítima foi muito clara ao narrar que a ameaça ocorreu de fato, e que o réu prometeu atear fogo na casa na hipótese de a vítima ir até a delegacia de polícia.**

Tem-se, portanto, que **o depoimento da vítima em Juízo confirmou a contento o seu depoimento havido ainda na fase policial**, nesse sentido transcrevo fls. 09:

[...]

# Superior Tribunal de Justiça

Esse o quadro, há de se levar em consideração que **a versão do réu não é verossímil**. Não há como crer na ideia de que a vítima tenha entendido errado a fala do réu, que referindo-se à expressão idiomática "ver a casa pegando fogo" teria compreendido "se você for a delegacia vou colocar fogo na casa". Cuidam-se de orações muito distintas, não sendo plausível considerar que a vítima tomou uma pela outra em equívoco de compreensão de signos linguísticos tão claros.

Por fim, **não há falar em insuficiência de provas nesse contexto por ausência de testemunhas, notadamente porque o crime praticado no ambiente familiar, na generalidade dos casos não conta com testemunhas, hipótese em que a palavra da vítima deve ser valorada com especial relevância**, e não afastada por estar isolada no acervo probatório.

O Juízo *a quo*, por sua vez, manteve a condenação, conforme se observa (fls. 94-96, grifei):

Na espécie, **a palavra da vítima foi condizente e coerente todas as vezes em que foi ouvida, de modo que não há como acolher a alegação de insuficiência de provas.**

[...]

Impende consignar que a ameaça é delito formal, que se consuma no instante em que o ofendido toma conhecimento da ameaça idônea e séria, capaz de atemorizar, sendo irrelevante a real intimidação ou o intuito de concretizar o mal prometido.

[...]

Ainda que assim não fosse, a ameaça sofrida foi suficiente para incutir temor na vítima, tanto é que ela buscou auxílio policial e requereu medidas protetivas de urgência, a fim de evitar que a ameaça se concretizasse (fl. 08)

Consoante consignado tanto na sentença quanto no acórdão, a jurisprudência deste Tribunal Superior entende que, **nos delitos de violência doméstica em âmbito familiar, em regra praticados sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima recebe considerável ênfase.**

Nessa perspectiva:

[...]

1. Não há qualquer ilegalidade no fato de a condenação referente a delitos praticados em ambiente doméstico ou

# *Superior Tribunal de Justiça*

familiar estar lastreada no depoimento prestado pela ofendida, já que tais ilícitos geralmente são praticados à clandestinidade, sem a presença de testemunhas, e muitas vezes sem deixar rastros materiais, motivo pelo qual a palavra da vítima possui especial relevância.

[...]

(AgRg no AREsp n. 1.225.082/MS, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 11/5/2018)

[...]

2. É firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que, em crimes praticados no âmbito doméstico, a palavra da vítima possui especial relevância, uma vez que, em sua maioria, são praticados de modo clandestino, não podendo ser desconsiderada, notadamente quando corroborada por outros elementos probatórios.

[...]

(AgRg no AREsp 1.003.623/MS, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 12/3/2018)

Assim, uma vez consignado pelas instâncias ordinárias que o depoimento da ofendida comprovou a materialidade e autoria do delito – o que, conforme asseverei, está em consonância com o entendimento do STJ –, não há como esta Corte Superior desconstituir esse entendimento.

Com efeito, "para se acolher o pleito absolutório, calcado na fragilidade das provas, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, providência que, como cediço, é vedada na via estreita do habeas corpus" (HC 259.353/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 1º/12/2014).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego o habeas corpus**.

Em tempo, diante da prática de crime em contexto de violência doméstica, **corrija-se a autuação** para constar apenas as iniciais do nome do paciente, haja vista que há, na hipótese, motivo legal para a ocultação da identidade do réu, a fim de preservar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem da ofendida, com fulcro no art. 201, § 6º, do Código de Processo Penal.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

